

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MULTICÊNTRICO EM CIÊNCIAS FISIOLÓGICAS

RESOLUÇÃO 01/2025 DA COMISSÃO LOCAL DE BOLSAS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MULTICÊNTRICO EM CIÊNCIAS FISIOLÓGICAS

Dispõe sobre a *autorização para o acúmulo de bolsa de mestrado ou doutorado com atividade remunerada* no âmbito do Programa de Pós-Graduação Multicêntrico em Ciências Fisiológicas – PPGMCF/ UNIPAMPA.

O COLEGIADO LOCAL DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MULTICÊNTRICO EM CIÊNCIAS FISIOLÓGICAS (PPGMCF) da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a [Portaria CAPES nº 187, de 28 de setembro de 2023](#), que regulamenta o acúmulo de bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado concedidas pela CAPES com atividade remunerada ou outros rendimentos;

CONSIDERANDO a [Portaria CNPq nº 2.346, de 8 de agosto de 2025](#), que dispõe sobre as possibilidades de acúmulo de bolsas do CNPq e de complementação financeira advinda de outras fontes;

CONSIDERANDO a [Instrução Normativa UNIPAMPA 08/2023, de 27 de setembro de 2023](#), que dispõe sobre o acúmulo de bolsas de mestrado, doutorado ou pós-doutorado no país concedidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) com outras bolsas, atividades remuneradas ou outros rendimentos, no âmbito da UNIPAMPA;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar, no âmbito interno do Programa, os critérios para autorização do acúmulo de bolsa com atividade remunerada, de modo a garantir o adequado direito dos discentes;

RESOLVE:

Art. 1º

Fica autorizado, no âmbito do PPGMCF/UNIPAMPA, o **acúmulo de bolsa de mestrado ou doutorado com atividade remunerada**, desde que atendidos os critérios estabelecidos nesta Resolução.

Art. 2º

A autorização que trata o artigo anterior aplica-se exclusivamente a bolsistas **financiados pela CAPES ou pelo CNPq através de bolsas concedidas ao PPGMCF/UNIPAMPA**, observadas as demais normas das respectivas agências de fomento.

Parágrafo único

Em caso de bolsas relacionadas a projetos de pesquisa individuais de docentes do PPGMCF/UNIPAMPA, a deliberação fica a cargo do(a) docente coordenador(a) do projeto.

Art. 3º

Para solicitar o acúmulo de bolsa com atividade remunerada, o(a) discente deverá atender aos seguintes requisitos (respeitando o período mínimo de dedicação exclusiva de **6 meses para o mestrado e 1 ano para o doutorado**):

- I – ter **integralizado 60% de todas as disciplinas obrigatórias** do curso;
- II – no caso de mestrado, ter sido aprovado(a) na defesa do projeto de pesquisa;
- III – manter **desempenho acadêmico** satisfatório, com **conceito mínimo B** e **ausência de reprovações**;
- IV – apresentar **resultados preliminares** relativos ao projeto de pesquisa;
- V – comprovar participação nos eventos institucionais Simpósio Integrado dos Programas de Pós-Graduação (SIPPGs) e Salão de Inovação, Ensino, Pesquisa e Extensão (SIEPE).
- VI – inserir, semestralmente, no Plano de Estudos, a **anuência do(a) orientador(a)**, declarando que a atividade remunerada não compromete o desempenho acadêmico nem o desenvolvimento do projeto de pesquisa;
- VII – obter deliberação favorável do colegiado autorizando o acúmulo.

Art. 4º

O acúmulo de bolsa com atividade remunerada será **avaliado caso a caso** pelo Colegiado do PPGMCF, que poderá indeferir o pedido caso identifique prejuízo às atividades acadêmicas, científicas ou de pesquisa do discente.

Parágrafo único. A interrupção do acúmulo de bolsa com atividade remunerada, por deliberação do Colegiado, **implicará na impossibilidade de nova autorização de acúmulo na mesma modalidade de curso (mestrado ou doutorado).**

Art. 5º

Em documento específico, **deverão ser detalhados os horários e o local(is) referentes ao exercício profissional**. A **carga horária máxima** permitida para a atividade remunerada será de **20 horas semanais**. A autorização poderá ser revogada a qualquer momento, mediante parecer do Colegiado, caso seja identificado comprometimento do desempenho acadêmico, descumprimento das normas das agências de fomento ou omissão de informações relevantes.

Art. 6º

Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do PPGMCF.

Art. 7º

Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado do PPGMCF/UNIPAMPA.

Uruguaiana, 16 de dezembro de 2025.

Felipe Pivetta Carpes

Professor Titular

Coordenador do Programa de Pós-graduação Multicêntrico em Ciências Fisiológicas